

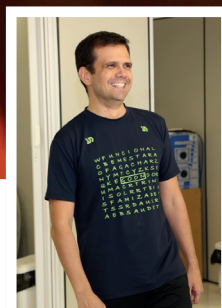
JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe - Ano XIX - Edição 111 - maio 2019

Adolescentes infratores recebem assistência religiosa



Presidente diz que pretende fazer concurso para TJSE



Servidores aderem à yoga



- CURSOS PARA MAGISTRADOS -

- CURSOS PARA SERVIDORES -

- CURSOS PARA O PÚBLICO EXTERNO -



3226-3318/3166/3364
www.tjse.jus.br/ejuse/

ejuseadministrativo@tjse.jus.br
ejusemagistrado@tjse.jus.br
ejuseexterno@tjse.jus.br
ejuseservidor@tjse.jus.br
ejuserevista@tjse.jus.br
ejusepos@tjse.jus.br

Editorial

Na primeira edição da *Judiciarium* de 2019 trouxemos uma notícia importante da nova gestão: em apenas 100 dias, o primeiro ciclo de projetos já foi concluído e o Tribunal começa a colher os primeiros resultados, a exemplo do excelente trabalho que vem sendo realizado pela Secretaria de Apoio Remoto. Em entrevista exclusiva, o Presidente do TJSE também anunciou que pretende realizar concurso para técnicos e analistas judiciários.

Outro importante projeto vem sendo desenvolvido pela Coordenadoria da Infância e Juventude do TJSE e visa levar assistência religiosa a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Ainda no campo social, a Coordenadoria da Mulher tem buscado parcerias e cobrado das autoridades a implantação de Centros de Educação e Reabilitação para Agressores, conforme prevê a Lei Maria da Penha.

A partir deste número, resgataremos uma antiga seção da revista, chamada Poesia, um espaço no qual os leitores poderão refletir sobre os mais críticos e nobres sentimentos. Outra nova seção foi inspirada no Projeto Vivas Memórias. Iniciado em maio de 2018, ele já registrou a história de 41 magistrados e personalidades sergipanas.

Boa leitura!

LUCIANO ARAUJO

Diretor de Comunicação do TJSE



04

Entrevista: Des. Osório de Araújo Ramos Filho



07

Planejamento: Plano de gestão tem mais de 200 projetos

09 Judicial Social: assistência religiosa para jovens de unidades socioeducativas

13 Pronto Serviço: ações de combate à violência contra a mulher

18 Com saúde não se brinca: yoga melhora qualidade de vida dos servidores

20 Vivas Memórias: projeto eterniza trajetória do Des. Pascoal Nabuco

24 Poesia: Maria Norma Fontes Vieira

REVISTA JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe

Planejamento e produção

Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (Dircom)

Diretor de Comunicação **LUCIANO ARAUJO**

Chefe da Divisão de Imprensa **MAURÍCIO MENESES**

Editora **JANAINA CRUZ (DRT 857/SE)**

Reportagens **LUCIANO ARAUJO**

Fotografia **BRUNO CÉSAR (DRT 1705/SE)**

Projeto gráfico **GEYZON AMARAL**

Editoração eletrônica **JEAN CARLO**

Revisão **RONALDSON SOUSA**

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

“Não podemos dizer uma data, mas que o concurso vai acontecer é uma realidade”

Novo Presidente diz que dará continuidade às boas práticas que levaram o TJSE ao mais alto patamar do país

Depois de 50 anos, um Desembargador assume pela segunda vez a Presidência do Tribunal de Justiça de Sergipe. Empossado no dia 1º de fevereiro deste ano, o Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho já havia ocupado o cargo de junho de 2012, por conta da aposentadoria do Desembargador José Alves Neto, até janeiro de 2013, com a posse do Desembargador Cláudio Déda. Situação semelhante só havia ocorrido com o Desembargador João Bosco de Andrade Lima, que foi Presidente entre 1960 e 1965. Agora, o Desembargador Osório garante que a experiência anterior o ajudará a gerir, juntamente com os outros membros da Mesa Diretora e demais integrantes do Colegiado, o único Tribunal Estadual a ganhar por duas vezes o Selo Diamante do Conselho Nacional de Justiça.

Qual a sensação de assumir a Presidência do TJSE por duas vezes, fato que ocorreu só uma vez na história do Judiciário sergipano, há mais de 50 anos?

Realmente é um fato histórico que traz muita responsabilidade. Isso significa um cuidado maior ainda com a instituição, fazen-



“O Tribunal de Justiça de Sergipe tem cumprido religiosamente suas obrigações, não tem ultrapassado os limites orçamentários”

do com que a experiência anterior seja aproveitada para nova administração. São novos tempos e temos que somar tudo que aprendemos durante os muitos anos de judicância para fazer o melhor possível pelo Tribunal.

Em seu discurso de posse, o senhor ressaltou que o foco da sua administração será a inovação, incentivando os projetos já existentes. Como isso deverá ser aplicado ao planejamento estratégico?

O Tribunal de Justiça de Sergipe é tido como um dos melhores do país, senão o melhor do seu porte. Tanto isso é verdade, que obtivemos, por duas vezes consecutivas, o Selo Diamante. Vamos inovar? Sim. Mas temos uma tradição de dar continuidade aos bons trabalhos realizados pelas administrações anteriores. Isso foi o que tornou nosso Tribunal grande, especial em relação a outros do país. Todos esses anos de planejamento estratégico, no qual fomos pioneiros no país, permite que continuemos com as boas práticas e nos preparemos para as inovações necessárias, abrindo novos ca-

minhos para que façamos uma administração cada vez mais impessoal, segura, ética e respeitosa. Sempre procurando aplicar a melhor jurisdição, cuidando dos interesses dos servidores e magistrados.

Logo na primeira semana da sua administração, houve a publicação de uma portaria que criou a Secretaria de Apoio Remoto, com o objetivo de potencializar o 1º Grau, especialmente nas unidades onde há déficit de servidores. Esse dinamismo será uma tônica da sua gestão?

Sim. A criação dessa Secretaria já foi algo planejado antes mesmo de assumirmos a Presidência. Atendemos à Resolução 219 do Conselho Nacional de Justiça, que exige a adequação do número de servidores no 1º e 2º Graus. Também estamos verificando possíveis excessos de servidores no 2º Grau e repassando-os para o 1º Grau, que é a grande base da prestação jurisdicional. O mais importante é que estamos fazendo isso de uma maneira respeitosa ao direito do servidor, dando-lhe condições de trabalho. Os servidores que foram para essa Secretaria não saíram da Comarca de Aracaju e nem do conglomerado de prédios da Praça Fausto Cardoso. Mas esse remanejamento permitiu que nas Comarcas do interior que estejam com vacância de servidores, esses deficit sejam supridos.

Como o senhor analisa a situação financeira do país e de Sergipe? Como sua gestão pretende enfrentar essa fase?

É uma situação muito preocupante. Recentemente, tivemos uma reunião com o governador do Estado, Belivaldo Chagas, que pediu o apoio de todos os Poderes, para que juntos possamos enfrentar essa crise. Na reunião, eu disse ao governador que somos parceiros do Estado. Os três Poderes são independentes e harmônicos entre si, mas são solidários. O governador vai contar com nosso apoio e compreensão, mas também disse a ele que tenho limitações constitucionais e administrativas, já que trabalho em colegiado. Tenho que ouvir e contar com o apoio dos demais Desembargadores.

Deixei bem claro que o Tribunal de Justiça de Sergipe tem cumprido religiosamente suas obrigações, não tem ultrapassado os limites orçamentários. Ao contrário, tem vivido dentro do orçamento. Não se pede nada ao governador em termos financeiros. Temos administrado os recursos do Tribunal de maneira muito segura, gastando pouco e certo. Hoje, os recursos recebidos são consumidos com nossa folha de pagamento em 93.7%. O Tribunal de Justiça não tem, há alguns anos, capacidade de investimento. Tanto que cheguei a dizer ao governador, na reunião, que não vamos pensar em construções e investimentos. Meu grande desejo será pagar os servidores em dia. Se eu conseguir fazer isso, estarei plenamente satisfeito.

O Departamento de Precatórios foi criado na sua gestão anterior e, desde então, vem sendo aprimorado. Como será atuação nesse biênio?

Eu tenho pelo Departamento de Precatórios um carinho especial. Realmente, na minha gestão anterior foi elaborado o projeto de lei e encaminhado à Assembleia Legislativa. O Departamento só foi implementado na gestão do Desembargador Cláudio Déda, mas eu sempre acompanhei o trabalho da equipe dos precatórios não só pelo carinho, mas pela importância no contexto administrativo do Tribunal. É um Departamento ligado à Presidência, no qual os atos praticados se reportam diretamente ao Presidente da Corte. Foi feito um bom trabalho nas administrações anteriores, mas também pretendemos trazer algumas

“Tenham a certeza de que os servidores serão olhados com muito carinho, porém com muita responsabilidade”

inovações, com o objetivo de aumentar ainda mais a produtividade do Departamento. Temos preocupações, já que o governo do Estado tem esse ano a obrigação de recolher aos cofres do Tribunal, para o pagamento de precatórios, cerca de R\$ 190 milhões. O próprio Governador Belivaldo Chagas me disse, em reunião, que terá dificuldades para recolher esse valor, mas se comprometeu em mantermos um diálogo permanente a fim de que se cumpram as metas previamente estabelecidas e, assim, cumpram-se as demandas dos credores dos entes públicos.

Um dos marcos da sua gestão anterior foi o pagamento da Gratificação de Interiorização. Agora, o que deverá acontecer no sentido de valorizar o servidor?

Temos uma grande preocupação com os servidores, que podem ter a certeza que vamos procurar fazer o melhor possível. Lembrando que temos limitações. Não posso fazer só o que quero. Devo fazer o que o Tribunal tem condições, pagar em dia e pagar também todos os benefícios que foram concedidos. Então, a nossa grande meta é essa. Estamos no início da administração e, nesse primeiro momento, precisamos conhecer

todo nosso potencial. Mas tenham a certeza de que os servidores serão olhados com muito carinho, porém com muita responsabilidade. Com relação à Gratificação de Interiorização foi uma novidade da minha gestão anterior e sei que ela produziu os efeitos que o Tribunal queria: valorizar o servidor e mantê-lo nas Comarcas do interior, onde fazemos a grande distribuição da jurisdição. A movimentação constante prejudica o trabalho e vamos, agora, ver como podemos melhorá-la. Se o Tribunal conseguiu o Selo Diamante, devemos muito aos servidores.

O último concurso para técnico e analista do Tribunal de Justiça expirou em 2018. Existe previsão para um novo concurso?

Existe. Estamos trabalhando nisso, mas temos algumas dificuldades em termos de procedimentos licitatórios, escolha da instituição, que deve ser de respeito e credibilidade, como sempre aconteceu. O concurso é uma necessidade porque o Tribunal tem alguns claros em Comarcas do interior, que estão sendo supridos pela Secretaria de Apoio Remoto, criada recentemente. Não podemos dizer uma data, mas que o concurso vai acontecer é uma realidade.

Em abril de 2018, foi comemorado o centenário de nascimento do Juiz Osório de Araújo Ramos, seu pai. De que forma a atuação dele contribui para sua trajetória profissional e de vida?

Papai foi o primeiro juiz de Direito da Comarca de Riachão do Dantas, depois atuou em Lagarto e se aposentou em Estância. Foi

um homem digno, que exerceu a magistratura com muita honestidade e consciência, dando exemplos aos seus jurisdicionados de seriedade e probidade administrativa. Meu pai se formou na primeira turma da Faculdade de Direito de Sergipe, em 1955. Eu, menino, acompanhava-o às audiências no interior do Estado. Isso me marcou, razão pela qual eu sempre quis ser juiz. Depois que ele se aposentou, voltou à advocacia e ocupou diversos cargos na Ordem dos Advogados do Brasil, participando de grandes embates da OAB no momento em que o Brasil vivia a redemocratização. Deixou um legado não só para mim, mas para toda família. Tem filhos e netos advogados que são atuantes. Ele ainda alcançou o momento em que ingressei na

magistratura, em 17 de outubro de 1978. Assistiu à minha posse como Juiz em Aquidabã e minha remoção para a Comarca de Maruim. Esteve comigo quando fui promovido, por antiguidade, para a Comarca de Itabaiana. Ele faleceu em 1986. Foi uma perda irreparável, mas eu guardo de papai as melhores recordações. Antes de ser advogado e magistrado, ele também foi contador, secretário de Finanças do Município de Aracaju. Depois que se aposentou, assessor jurídico do Governo Lourival Batista. Exerceu muitas atividades na sua vida pública e, por isso, hoje dá nome ao fórum eleitoral da Comarca de Lagarto, ao prédio do Conselho Tutelar de Estância e a uma rua em Aracaju. Isso é uma prova de reconhecimento ao que ele fez pelo Estado.

“Papai foi um homem digno, que exerceu a magistratura com muita honestidade e consciência”



Segundo o Secretário de Planejamento e Administração, Erick Andrade, nos primeiros 100 dias foram definidos os projetos que impactam na prestação jurisdicional



Plano de Gestão do Biênio 2019-2020 contém 211 projetos

Nos primeiros 100 dias, atual gestão já concluiu primeiro ciclo dos projetos

Secretaria de Apoio Remoto, Criança e Adolescente: prioridade absoluta, *Manual de Comunicação Externo e Interno*, Aperfeiçoamento na Gestão de Custos e Plano de Logística Sustentável são apenas alguns dos projetos inseridos no Plano de Gestão do Biênio 2019-2020. Ao todo, o portfólio contempla 211 projetos, que começaram a ser discutidos pela atual gestão ainda no final de 2018, por magistrados e servidores que

participaram da equipe de transição.

O principal objetivo da equipe foi buscar excelência na gestão, organizando os projetos institucionais com base nas datas das entregas dos mesmos. A elaboração foi fruto de diversas reuniões da equipe com os gestores, bem como o Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho, que assumiu a Presidência do TJSE no

dia 1º de fevereiro deste ano. O cronograma do plano conta com três ciclos de entrega dos projetos, sendo que o primeiro estava previsto para ser concluído em 100 dias de gestão; o segundo até um ano; e o terceiro em até 1 ano e 6 meses de gestão.

Segundo o Secretário de Planejamento e Administração do TJSE, Erick Andrade, nos primeiros 100 dias foram definidos os

projetos que impactam na prestação jurisdicional, otimizando o cumprimento da Resolução 219 do CNJ e priorizando o 1º Grau. “A exemplo da Secretaria de Apoio Remoto, que conseguiu reduzir o número de Comarcas com vagas de servidores, onde estão 90% das demandas de processos novos, e com isso melhorar ainda mais a nossa prestação de serviços aos cidadãos”, comentou Erick.

Outra inovação foi o Comitê Gestor das Grandes Contratações, que busca dar um maior equilíbrio financeiro aos projetos e ações de todas as áreas do Tribunal, otimizando os recursos e dando vazão às demandas de todos os setores. “Em resumo, o plano de gestão irá gerar um maior pragmatismo das entregas dos projetos, fazendo com que a administração possa, através do seu plano de comunicação, in-

formar a magistrados, servidores e sociedade em geral tudo que o Tribunal tem feito e fará nesse biênio”, completou o Secretário.

Para melhor desenvolver os projetos, também foi criado um Comitê de Acompanhamento do Plano de Gestão, que tem como algumas das tarefas priorizar os projetos elencados pelos gestores dos setores administrativos, sempre guiado pelas ações estratégicas priorizadas para o biênio; definir quando novos projetos deverão entrar no portfólio e se algum projeto deverá perder prioridade em detrimento dos novos projetos; acompanhar o andamento dos projetos; e deliberar sobre a implantação dos serviços e produtos dos projetos.

Dos 211 projetos contidos no Plano de Gestão do Biênio 2019–2020, ressalta-se que 132 já es-

tavam em andamento ou previstos por gestões anteriores. Os outros 79 foram novos projetos sugeridos pelos gestores atuais. Ou seja, houve uma preocupação com a continuidade dos projetos, evitando o desperdício do erário, sem perder a visão de melhoria contínua e busca de novas ações estruturadoras.

A ideia é que a cada fase alcançada seja realizada uma coleta de dados com o intuito de identificar em qual situação os projetos se encontram. Esses dados serão informados pelos responsáveis pela execução dos projetos. De posse desses dados, as informações consolidadas serão levadas para o Comitê de Acompanhamento do Plano de Gestão, durante reunião do grupo. A lista de projetos do portfólio só poderá ser alterada após a expressa autorização do Comitê.

1ª ETAPA

Os novos gestores das unidades do primeiro escalão e equipe de transição analisaram o diagnóstico solicitado por ofício à gestão anterior. Tal diagnóstico consistiu na elaboração de uma lista de projetos importantes para as respectivas áreas. Diante disso, os novos gestores definiram quais projetos seriam realizados na atual gestão, incluindo projetos que por ventura ainda não tivessem sido listados previamente. Também foi realizada uma verificação para definir quais Comissões, Comitês e Grupos de Trabalho deveriam ser mantidos e quais Atos Normativos deveriam ser atualizados.

Portfólio de projetos seguiu três etapas

2ª ETAPA

Os novos gestores elaboraram um plano de conclusão dos projetos, acrescentando uma previsão de custos para cada um deles, sempre que possível. Uma premissa definida para a escolha do ciclo de um projeto foi que nenhum projeto do 1º e do 2º Ciclo (até o limite de 6 meses de gestão) deveria ter grande impacto orçamentário.

3ª ETAPA

O Presidente do TJSE, juntamente com os Juizes Auxiliares, analisou a lista de projetos e definiu quais deles deveriam ser realmente executados e com qual prioridade. Desta forma, foi construído o Portfólio de Projetos. Objetivamente foram alinhados os itens: Alinhamento com o Planejamento Estratégico; Impacto Orçamentário; e Alinhamento às demandas e atos normativos do CNJ. A avaliação subjetiva levou em consideração o alinhamento do projeto ao direcionamento e importância para com as ações que a gestão pretende dar foco.



Assistência religiosa a adolescentes em conflito com a lei é garantida pelo ECA

Coordenadoria da Infância e Juventude do TJSE tem buscado convênios com vários grupos religiosos

“Escondi sua palavra em meu coração para não pecar contra ti”. O versículo do Salmo 119 é o preferido de Suzana*, de 19 anos, que cumpre medida na Unidade Socioeducativa Feminina (Unifem), em Aracaju (SE), desde novembro de 2018. Tanto lá quanto em outras unidades que desenvolvem programas de internação para adolescentes infratores, é cumprida a determinação de propiciar assistência religiosa aos que desejarem, conforme o inciso XII do artigo 94 da Lei 8.069, de 13/07/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Na Unifem, três grupos religiosos realizam visitas semanais;

um da Igreja Católica e outros dois evangélicos, Igreja Universal e Verbo da Vida. Suzana comparece aos três. A adolescente conta que a família é Testemunha de Jeová, mas ela se sente bem em todas reuniões. “Não sou preconceituosa. Todos falam do mesmo Deus e ajudam a gente a se aproximar das coisas boas, dão conselhos bons. Dizem para gente arrumar um trabalho e ser alguém na vida. Motivam muito todas nós”, contou Suzana.

Uma das voluntárias desses grupos é Trícia Santana, da Igreja Verbo da Vida. Há cerca de três anos ela visita a Unifem regularmente. “Elas começam muito fechadas, sem esperança. Traba-

lhamos muito a questão dos sonhos, trazendo uma perspectiva de futuro para os jovens. Já elas, geralmente vítimas de uma história familiar falida, costumam ver a situação atual como o fim da história. Mas fazemos uma escuta ativa e aconselhamento e vemos o trabalho florescer. Vale a pena investir em tempo e dedicação. Como o ser humano é subjetivo, em alguns o processo é mais veloz e outros mais paulatino”, analisou Trícia.

A adolescente Carla*, de 14 anos, está na Unifem pela terceira vez. A primeira internação foi aos 12 anos. Ela contou que costumava ir à Igreja Pentecostal quando morava com a avó, mas

aos 9 anos parou de frequentar. “Aqui eu gosto de participar de todos os grupos porque me lembra do tempo que ia para igreja com minha avó. Eu acho que eles já me ajudaram a parar mais de discutir com as pessoas”, revelou Carla, que pretende voltar a estudar para realizar o sonho de ser enfermeira. “Eu gosto de

ajudar os outros”, completou.

Conforme Sílvia Resnati, diretora da Unifem desde 2014, a assistência religiosa além de ser um direito é algo positivo para as meninas. “A aceitação delas é muito boa porque, independente da religião que elas declaram no momento do acolhimento, elas

participam de todas atividades. A gente avalia isso como uma necessidade delas, um tempo que elas têm para refletir, para ouvir uma palavra positiva e de esperança. Às vezes, elas estão ansiosas por conta do processo, mas o grupo ajuda a amenizar a ansiedade e contribui até na aproximação com os familiares.

CIJ busca novas parcerias com outros segmentos religiosos

Além de determinar que o poder público ofereça assistência religiosa, o ECA também a classifica como um direito, previsto no inciso XIV do artigo 124. Com o intuito de fortalecer essa garantia, a Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) desenvolve o *Projeto Presença*. A ideia é promover a assistência religiosa, mas sem que ela interfira no conjunto de crenças dos adolescentes.

Conforme o projeto – que foi apresentado pela CIJ a lideranças religiosas no dia 25 de abril – o acesso do voluntário/grupo religioso deve estar condicionado ao prévio cadastramento pessoal e aprovação da proposta de trabalho. Como a assistência de grupos da Igreja Católica e denominações evangélicas já está bem consolidada na unidade, atualmente, a CIJ tem buscado parcerias com outras religiões.

“O *Projeto Presença* tem o objetivo de garantia e pres-



tação de assistência religiosa de forma ecumênica, possibilitando a elaboração de um projeto de vida e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos adolescentes. Assim, esse projeto efetiva a prioridade absoluta dos direitos dos adolescentes nos termos do artigo 227 da Constituição Federal”, destacou a Juíza Rosa Geane Nascimento.

Segundo a diretora da Unifem, Sílvia Resnati, durante um ano a

unidade recebeu a visita de um grupo espírita, que não prosseguiu com as visitas. “Seria ótimo termos outras religiões e estamos abertos a isso. O grupo interessado deve apenas entrar em contato com a Fundação, formalizar uma parceria e agendar os dias e horários”, orientou. Os grupos também podem entrar em contato com a CIJ, através do telefone 3226-3878.



Arcebispo de Aracaju ressalta importância de convênio com o Judiciário

“A gente acredita que a partir de Cristo vamos resgatar essa juventude para uma vida de paz. Creio que passos importantes estejam sendo dados, seja no contato direto com eles, no sentido de escutá-los, como também palavras de incentivo e apoio levados pelos grupos. Já constatamos preciosos resultados e agora vamos mergulhar em águas mais profundas”. Foi assim que o arcebispo de Aracaju, Dom João José Costa, analisou os primeiros resultados de um convênio assinado, em janeiro, entre a Igreja Católica e o TJSE, com o objetivo de levar assistência religiosa para ado-

lescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Para o bispo, muitas vezes, as infrações cometidas por adolescentes estão ligadas à situação socioeconômica dos jovens, inclusive à raça. “Quase sempre são negros, pobres, vivendo nas periferias e que não têm oportunidades. Se não entram na escola, terminam cometendo infrações. Se eu pudesse, estaria morando e trabalhando com eles, mas não posso. Por isso, pelo menos uma vez ou outra, vou celebrar e rezar com eles. Estar com eles é estar com Cristo e, na medida do possível, resgatá-los para que

tenham uma vida digna”, comentou o bispo.

Segundo Dom João, a Igreja Católica adquiriu uma chácara no Robalo, na Zona de Expansão de Aracaju, para acolher jovens egressos das unidades socioeducativas e presídios. “Um lugar onde eles possam conviver, produzir, onde não se sintam reclusos, presos, mas sim acolhidos”, explicou o bispo, informando que a Igreja, agora, busca parcerias para que os trabalhos possam ser iniciados. “Será um espaço de transição, até eles conseguirem um trabalho estável”, explicou.



Do que seu coração está cheio?

A pergunta do título surgiu após membros da Comunidade Católica Sagrada Família cantarem com 11 jovens da Unidade de Internação Provisória (USIP) uma canção que dizia: “purifica-me, aquilo que não é de Deus eu não quero para mim, eu me esvazio e peço que venha me encher”. Entre as respostas dos garotos, surgiram sentimentos como ódio, tristeza, maldade, desgosto, impaciência, desobediência e até “vontade de roubar”.

Após alguns minutos cantando e refletindo sobre a letra, os voluntários do grupo fizeram um novo questionamento aos adolescentes: do que vocês querem encher o coração? As respostas, em meio a algumas lágrimas, foram surpreendentes: esperança de uma vida melhor, amor de Deus, bondade, fé. Um dos

garotos que participou do grupo foi Ricardo*, de 18 anos, interno na Usip há cerca de seis meses. “Eu quero parar de roubar, parar de fazer os outros sofrerem, tirando dos outros o que não é meu”, desabafou.

Para ele, participar do grupo é um alívio. “Ajuda a gente a tirar coisas ruins que temos na mente. Quero voltar a estudar, ser alguém na vida, para dar um futuro melhor para minha mãe. Ouvir a palavra de Deus muda meu pensamento e me conforta”, disse Ricardo, que pretende ser jogador de futebol. Para ele, o pior momento na Usip é quando a visita termina e ele precisa se despedir da mãe.

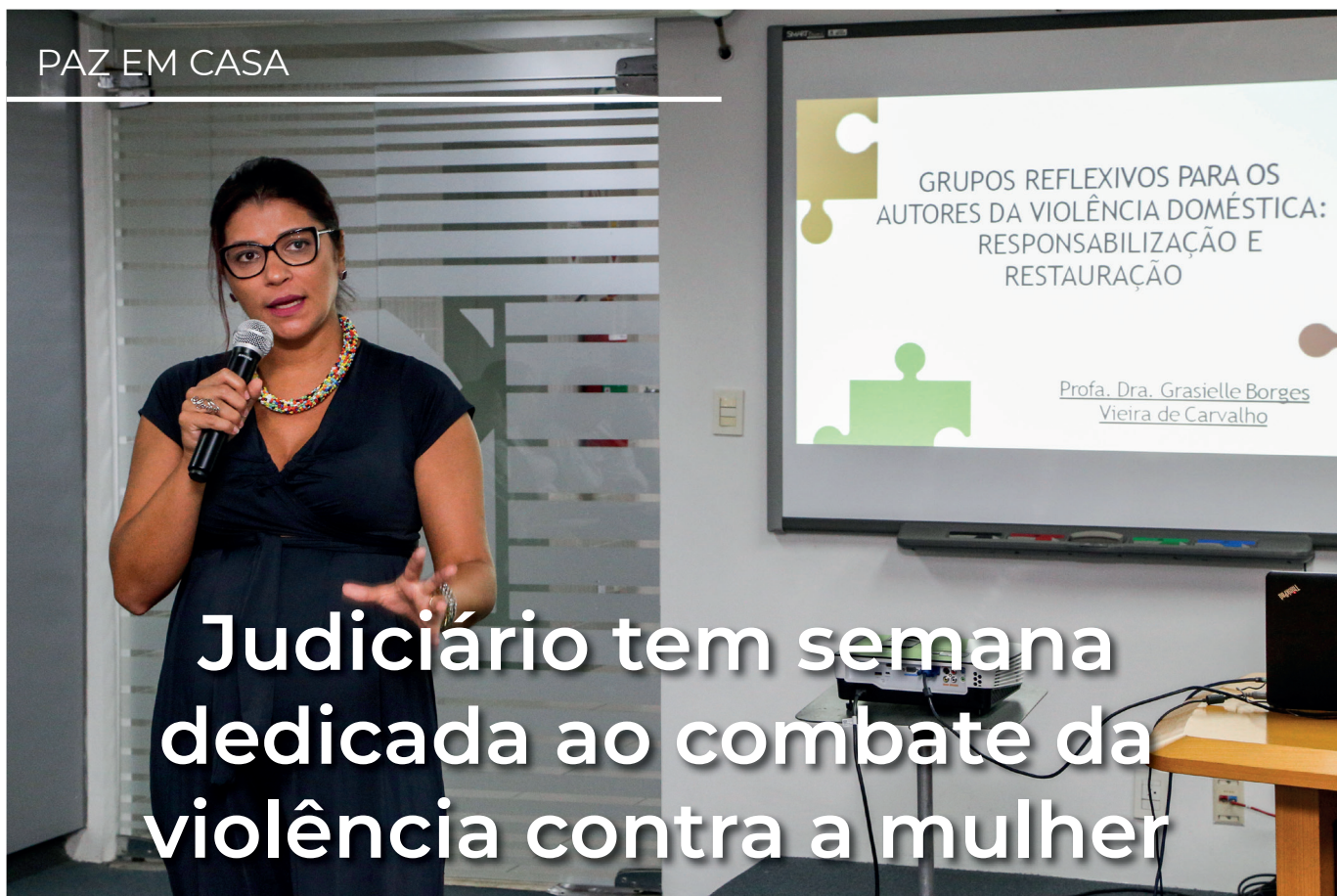
Já Fernando*, de 17 anos, disse que ficar privado da liberdade de ir e vir é o mais difícil estando na Usip. O adolescente conta que costumava ir à igreja evangélica com o pai, mas parou aos 13 anos.

“Esses louvores tocam meu coração, tiram a angústia e o mal. Buscar a palavra de Deus traz alegria. Foi muito bom participar do grupo, agora me sinto melhor”, disse o rapaz ao final da reunião com os voluntários da Comunidade Sagrada Família.

Uma das voluntárias é Maria Adriana Leite. Ela contou que, geralmente, no início das reuniões os meninos estão muito tímidos e desconfiados. “Depois, alguns choram, se emocionam e sentem mesmo uma experiência de arrependimento”. Já Marília Silva, que desde agosto de 2018 realiza visitas à Usip, disse que é um desafio tocar o coração dos jovens. “Da primeira vez que vim tinha um rapaz com um olhar tão pesado, ele deveria ter uns 15 anos. A gente fica até com receio do que falar, mas ao abraçá-lo eu disse que era um abraço de mãe, que era o abraço de Maria. Então ele desabou, mudou o olhar, e eu vi que ele era apenas um menino”.

Assim como os voluntários da Igreja Verbo da Vida, que atuam na Unifem, o pessoal da Comunidade Sagrada Família procura também falar de sonhos. “Nossa comunidade trabalha a dinâmica de entender o sentido da vida e do sofrimento, que é inevitável. Por isso, sempre perguntamos ‘qual é o seu sonho?’. Mostramos que todos podem realizar os seus sonhos porque ninguém é melhor que o outro”, enfatizou Marília.

*nomes fictícios para preservar a identidade dos adolescentes



Judiciário tem semana dedicada ao combate da violência contra a mulher

Uma das atividades da semana revelou que homens autores de violência que participam de grupos reflexivos têm reincidência máxima de 2%

A Lei 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, completará 13 anos em agosto, mas vários equipamentos de proteção à mulher vítima de violência doméstica e familiar sugeridos pela lei ainda precisam ser implementados pelo poder público. Entre eles, os Centros de Educação e de Reabilitação para os Agressores, conforme determina o artigo 35. A Semana da Justiça pela Paz em Casa, evento realizado pelos Tribunais de Justiça de todo país, tem justamente como um dos objetivos ampliar a efetividade da legislação.

Na programação da XIII Semana da Justiça pela Paz em

Casa, ocorrida em março, uma das palestras organizadas pela Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) foi sobre a importância dos grupos reflexivos para homens agressores contra a mulher. A palestra foi ministrada pela Professora Doutora Grasielle Vieira, autora do livro 'Grupos reflexivos para autores da violência doméstica: responsabilização e restauração'.

No livro, publicado em agosto de 2018, ela apresentou um mapeamento nacional dos locais onde já existem os grupos reflexivos revelando, também, que a reincidência entre homens que participam dos grupos,

em média, é de 0% a 2%. "Já em locais onde não há grupos reflexivos fica entre 50% e 60%. Ou seja, temos que pensar na implantação dos grupos como política pública preventiva, mas também como forma de efetiva responsabilização do autor", comentou a professora.

Conforme a Juíza Rosa Geane, somente três cidades sergipanas possuem os grupos reflexivos; sendo elas Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e Lagarto, que implantaram a partir de convênios. "É necessário implantar ou melhorar os centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em

situação de violência doméstica e familiar; como também implantar ou melhorar os programas e campanhas de prevenção e enfrentamento a esse tipo de violência, além dos Centros de Educação e de Reabilitação para os Agressores, nos exatos termos do artigo 35 da Lei 11.340/2006. E é responsabilidade do Executivo a criação e a implantação desses serviços e equipamentos”, alertou a Juíza Rosa Geane.

Em Malhador, por exemplo, não há um grupo reflexivo para

homens autores de violência doméstica, mas uma parceria entre a Juíza da Comarca, Patrícia Cunha, e a Prefeitura Municipal, em outubro de 2018, permitiu que oito homens que tinham processos relativos à violência doméstica ressignificassem seus comportamentos. Segundo a Assistente Social Marcelly França, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Malhador, o resultado foi muito positivo.

“De início, eles resistiram

por conta do machismo, que ainda é muito forte. Mas eles se adequaram muito bem e, ao final, foi gratificante porque a maioria, que tratava a mulher como uma empregada, passou a ter um olhar diferente para a companheira”, revelou Marcelly, lembrando que em Malhador é executado o *Projeto Bem-me-quer*, voltado ao combate da violência doméstica contra a mulher. Composto por assistente social e psicóloga, elas promovem em escolas e na comunidade o debate sobre os vários tipos de violência contra



Juíza Rosa Geane Nascimento, Coordenadora da Mulher do TJSE, tem cobrado criação de Centro de Reabilitação para Agressores em Sergipe



Semana da Justiça pela Paz em Casa intensificou audiências relativas à violência doméstica e familiar contra a mulher

a mulher e o empoderamento feminino.

Dados

O livro da professora Grasielle Vieira traz inúmeros dados sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher. O Brasil é o quinto país no mundo que mais mata mulheres, sendo que a residência das vítimas é o principal local das agressões não letais. O marido, companheiro ou namorado foram apontados como

autores das agressões entre 41% das mulheres que participaram de uma pesquisa realizada pelo DataSenado, em 2017, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência. Na mesma pesquisa, 24% das entrevistadas mencionaram o uso de bebida alcoólica como um dos fatores que induziram à agressão, seguido de brigas (19%) e ciúme (16%).

Conforme a publicação 'Violência contra a mulher e as práticas institucionais', citada no livro da professora Grasielle,

80% das mulheres que procuram os Juizados Especiais não querem que o agressor, com quem mantém relação doméstica, familiar ou íntima, seja condenado a uma pena privativa de liberdade; sendo que 40% delas responderam que a melhor decisão seria resolver o problema com psicólogos e assistentes sociais, sem a condenação.

Para que esse desejo das mulheres vítimas fosse efetivado, seria necessário fortalecer a chamada rede de proteção. No Brasil, a pesquisa da professora

Grasielle informou que essa rede é composta por serviços de abrigo (77 em todo país), serviços de saúde especializados para o atendimento dos casos de violência contra a mulher (249), Promotorias especializadas/ Núcleos de gênero no Ministério Público (58), Núcleos/ Defensorias especializadas (42), Juizados/Varas de Violência Doméstica e Familiar (79), delegacias especializadas (368) e centros especializados (228).

Ainda na obra da professora, consta o resultado de uma pesquisa da Universidade Federal de São Paulo, publicada em 2014, verificando que em todo país havia 37 serviços destinados a homens que praticam violência contra a mulher; sendo que 51% eram ofertados por Tribunais de Justiça estaduais, 27% por órgãos do poder público, 16% por instituições da sociedade civil e 6% por universidades públicas. O problema é que, até então, tais serviços cobriam apenas 0,48% dos municípios brasileiros e 42% dos Estados.

“Nesses grupos, a depender da metodologia utilizada, podem acontecer de 12 a 20 encontros, onde os homens tentam ressignificar todos os padrões de comportamento que foram estimulados desde sua formação enquanto criança, numa sociedade desigual, machista e patriarcal. E é a desigualdade de gênero que gera a violência. Discutir em grupo, permite desconstruir esses padrões de comportamento porque, geralmente, o autor da violência não se reconhece como criminoso”, esclareceu a professora.

No livro, ela lembra que a Lei Maria da Penha possui três eixos de enfrentamento à violência contra a mulher: proteção e assistência à vítima; prevenção e educação; e combate e responsabilização. Para Grasielle, a responsabilização não se restringe apenas à punição com prisão, mas “ao aprofundamento da problemática de quem pratica a violência e de que forma efetivamente esta violência pode ser evitada no mesmo ambiente familiar, como também, nos próximos relacionamentos do autor”.

Fórum

Ainda na programação da *XIII Semana da Justiça pela Paz em Casa* foi lançado, no dia 13 de março, o Fórum Estadual da Rede de Enfrentamento e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Foram convidados a compor o Fórum representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SE), Conselhos Estadual e Municipais dos Direitos da Mulher, Secretaria de Segurança Pública (SSP), Casas Abrigo, Guarda Municipal e outros órgãos estaduais e municipais que promovem políticas públicas relacionadas à mulher.

“O Fórum é a realização de um sonho antigo. Em 2012, tínhamos articulado a criação dele por ser uma maneira de o Tribunal de Justiça abrir uma maior interlocução com toda a rede, visando à prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a

mulher e procurando detectar os problemas e ajudar na solução. A ideia é melhorar o atendimento à mulher e implementar os Centros de Educação para o Agressor”, ressaltou a Juíza Rosa Geane Nascimento, responsável pela Coordenadoria da Mulher do TJSE.

Outras atividades

Visitas a unidades jurisdicionais também integram a programação da *XIII Semana da Justiça pela Paz em Casa*. A primeira delas aconteceu no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, no Fórum Gumersindo Bessa, em Aracaju. Na ocasião, a Juíza-Coordenadora da Mulher, Rosa Geane Nascimento, disse que em Sergipe os processos de violência doméstica e familiar contra a mulher têm um andamento rápido, com a punição adequada dos agressores.

Ela informou que, em 2018, dos 6.247 processos referentes à violência contra a mulher distribuídos em Sergipe, 6.058 foram julgados. Em 2019, dos 1.316 processos distribuídos, já foram julgados 1.170. No Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher tramitam em média 1.200 processos e segundo a Juíza titular, Eliane Costa Magalhães, a unidade não busca apenas o julgamento dos processos, mas o acolhimento das mulheres vítimas.

A outra visita aconteceu à 1ª Vara Criminal de Nossa Senhora do Socorro, que está entre as unidades que possuem um maior

índice de processos de violência doméstica e familiar de Sergipe, cerca de 60% do total. Por esse motivo foi marcada uma reunião com o Juiz Marcel Maia, para apresentar os projetos e programas da Coordenadoria da Mulher e, sobretudo, oferecer parceria, apoio e suporte para a articulação da rede.

São realizadas três edições anuais: a primeira sempre em março, marcando o Dia da Mulher; depois em agosto, por ocasião do aniversário de sanção da Lei Maria da Penha; e por fim em novembro, quando a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

as mulheres vítimas de violência podem buscar ajuda. São endereços e telefones dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CREAM), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, fóruns e Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de todo o Estado.

Próximas edições

A Semana da Justiça pela Paz em Casa foi idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça, em 2015, e desde então conta com o apoio dos Tribunais Estaduais.

Onde procurar ajuda?

No Portal da Coordenadoria da Mulher do TJSE - www.tjse.jus.br/portaldamulher/ - na seção Rede de Enfrentamento/Equipamentos é possível conferir os locais onde

Distribuição dos programas para autores da violência doméstica por unidade federativa



FONTE: Vieira de Carvalho, 2018.



Yoga integra Projeto Viva Zen

Vinte servidores do TJSE estão há quase um ano sendo beneficiados pela prática

Diminuir a ansiedade e o nervosismo, resgatar a autoconfiança, emagrecer e até mudar padrões de comportamento são alguns dos benefícios da prática da yoga. Quem garante é o instrutor Miguel Bruno Soares Silva, servidor do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), lotado na Secretaria Judiciária, e que há quase um ano ensina voluntariamente a prática milenar a 20 outros servidores, divididos em duas turmas semanais. As aulas, que têm duração de uma hora, acontecem às terças e quintas-feiras, às 15 horas, no Centro Médico do TJSE.

“A yoga é mais que uma prática, é uma filosofia, uma forma de pensar a existência de acordo com implicações morais

e éticas. Surgiu muito provavelmente na Índia, bem antes da era cristã. É um conceito que compreende várias abordagens relacionadas ao viver, à interpretação do mundo que nos cerca e forma de agir com a mente e o mundo a nossa volta. É uma filosofia, algo muito maior do que compreende as práticas físicas”, explicou Miguel, que recentemente esteve na Índia para conhecer o país e também aprimorar algumas técnicas.

Ele conheceu a yoga em 2012, quando costumava levar a mãe para aulas em um espaço chamado Casa do Contentamento, no bairro Aruana, em Aracaju. “Um dia, minha mãe estava fazendo uma postura invertida com um pouco de tensão, in-

segura. A professora baixou no ouvido dela e perguntou do que ela estava com medo. Ela respondeu que estava com medo de cair. E a professora disse ‘medo de cair por que, se você já está no chão?’ Foi emblemático para mim porque foi a representação dos problemas que a gente vive”, lembrou Miguel.

A partir daquele dia, ele começou a frequentar as aulas junto com a mãe e também pesquisar mais sobre o assunto na biblioteca que havia no próprio espaço. “Fui ficando cada vez mais curioso, pesquisando e acabei sendo convidado a fazer um curso de 12 módulos. Cada um era ministrado por grandes professores de Aracaju. E foi assim que comecei a dar aula”,

explicou. A curiosidade também levou Miguel a ser voluntário no próprio local de trabalho.

“Eu trabalhava na Turma Recursal, no Palácio, e vi um cartaz do *Viva Zen* no elevador. Foi algo inusitado para mim, num lugar tão formal. Fiquei maravilhado com a proposta, vi que tinha reiki, terapias e quis contribuir de alguma forma, possivelmente uma palestra ou um aulão de meditação”, relembra. Ele procurou os organizadores do projeto, que logo viabilizaram a divulgação das turmas, inscrição dos interessados e início das aulas, em junho de 2018.

Segundo Miguel, no início alguns alunos tiveram dificuldade para fazer os movimentos mais básicos. “Com paciência e dedicação, os alunos foram se entregando, com uma respiração mais consciente e uma melhor observação do seu próprio sistema corporal. A interação mente-corpo se tornou mais perceptível. O que a gente costuma dizer é que junto com a flexibilidade que o corpo vai adquirindo, a mente vai se tornando mais tolerante, mais propensa a enxergar a beleza do mundo que nos rodeia”, comentou.

O bom é que a prática não tem

contraindicação. Mesmo quem tem algum tipo de limitação física, seja por deficiência ou idade, pode praticar a yoga. “Todo mundo pode fazer, mas adaptamos a abordagem, mas vamos conduzir a prática. Procuramos praticar a autonomia dentro da yoga. A gente sugere, desde o primeiro momento, que o aluno assuma a responsabilidade pelo bem-estar dele. Não há restrição, o que há é adaptação”, informou o instrutor, acrescentando que a evolução dos alunos das duas turmas é perceptível e gratificante. “Nos tornamos uma fraternidade”, completou.

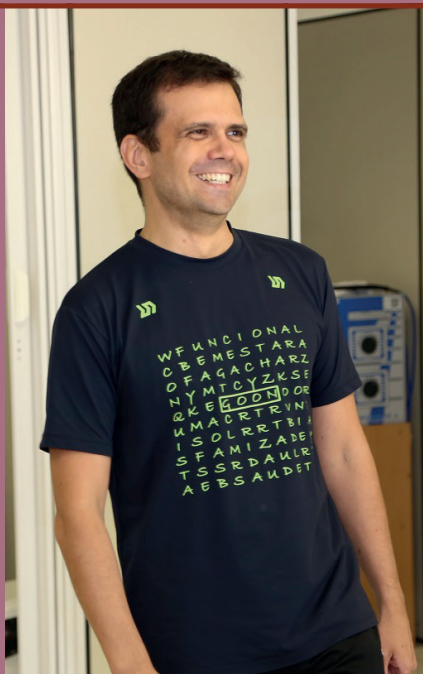


O que os alunos dizem?



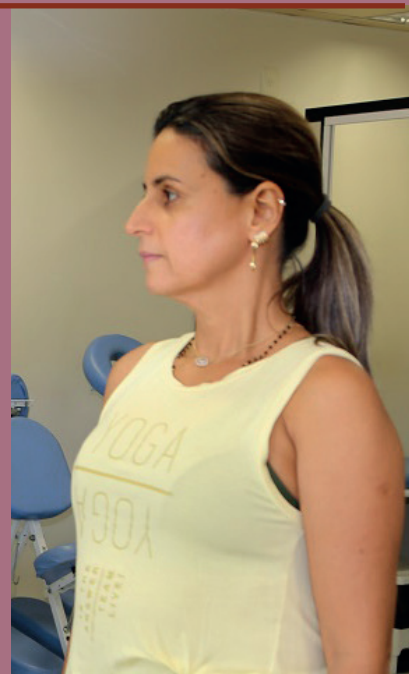
“Vi a divulgação no Portal do Servidor e me interessei porque já tinha praticado yoga há um tempo, em outro lugar. Foi a chance de recomeçar. Descobri outro nível de yoga porque o estilo de Miguel é bem diferente do que eu fazia antes. Nas primeiras aulas, ficava cansada, chegava em casa morta. E agora chego com disposição. Depois da yoga comecei a malhar. Melhorou muito a minha saúde. Ajudou na concentração, no equilíbrio. Ao final, com a meditação, a gente relaxa. Gostaria que o Tribunal pudesse oferecer mais coisas desse tipo”.

Bruna França
Técnica judiciária



“Soube da aula por e-mail. Já havia praticado e foi uma experiência boa. As aulas têm contribuído para minha saúde física e mental. Melhorou meu sono, concentração, respiração e flexibilidade. Não me vejo mais sem a yoga. Recomendo bastante. Faça pelo menos uma aula experimental. Quando eu digo que faço yoga, as pessoas sempre perguntam onde, em que academia, escola ou estúdio. Quando eu digo que é no meu trabalho, elas ficam surpresas. É uma iniciativa muito boa. E o mais importante é termos um servidor que voluntariamente dá as aulas”.

Marcelo Bragança
Técnico judiciário



“As vagas foram divulgadas no site do Tribunal e eu me inscrevi pelo SEI. Nunca tinha feito yoga antes, mas buscava mais equilíbrio e autoconhecimento para minha vida. Cada aula é um desafio que a gente vai superando. Coisas que eu pensava que não conseguiria fazer, hoje já faço. Sou muito agitada e ainda estou aprendendo a respirar, me acalmar. Chego cansada, mas saio muito bem. Temos a felicidade de ter um professor altamente qualificado, que só faz ajudar a gente. Ele procura aprender mais e compartilha o conhecimento com a turma. Não só a prática, mas o conhecimento teórico, sempre indicando leituras sobre yoga. Enfim, é um projeto que não pode acabar”.

Jaqueline Barreto
Técnica judiciária



PROJETO DO TJSE RESGATA A HISTÓRIA DE PERSONALIDADES SERGIPANAS

Voltado prioritariamente para magistrados, entrevistas serão disponibilizadas ao público no Memorial do Judiciário

Preservar a história do Judiciário sergipano a partir dos relatos dos seus integrantes, reconhecer e valorizar a trajetória de pessoas que contribuíram para o desenvolvimento do Estado são alguns dos objetivos do *Projeto Vivas Memórias*, desenvolvido pela Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça de Sergipe. Entre maio de 2018 e maio de 2019, foram entrevistadas 41 pessoas, totalizando quase 30 horas de depoimentos em vídeo. Todo o material estará brevemente à disposição do público para pesquisa no Memorial do Judiciário.

O projeto também dá cumprimento ao Ato nº 1627/2008, que institui o Regulamento Interno dos Órgãos Administrativos do TJSE, determinando ao Memorial do Judiciário, em seu artigo 25, que pesquise, reúna, exponha e mantenha sob sua guarda documentos textuais, iconográficos, sonoros, bibliográficos, relacionados com a memória e a cultura

do Estado de Sergipe, com ênfase na história do Poder Judiciário de Sergipe; além de tomar depoimentos de Magistrados, Promotores, Advogados, Servidores e qualquer outra pessoa que possa contribuir para o resgate da memória da Justiça no Estado.

Um dos entrevistados, em 2018, foi o atual Presidente do TJSE, o Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho. “Quando tomei conhecimento desse projeto o aplaudi intensamente porque acho que ele veio para ficar, para registrar a vida do Poder Judiciário sergipano, de pessoas que integram a magistratura e fatos históricos. Por isso, incentivo, apoio e forneço condições para que o projeto seja cada vez desenvolvido e com resultados positivos”, enfatizou o Presidente.

Cada entrevistado conta sua própria história, com base em um roteiro elaborado por jornalistas da Diretoria de Comunicação do

TJSE. As entrevistas são gravadas em vídeo e a edição procura valorizar os depoimentos orais. Além de valorizar os magistrados e preservar a memória do Judiciário, o *Vivas Memórias* tem produzido um banco de dados sobre as mudanças ocorridas no Judiciário sergipano, especialmente a partir da década de 1970 até este início do século XXI.

As memórias são tão enriquecedoras que forneceram material suficiente para a produção de duas edições especiais do Programa Sergipe Justiça em homenagem ao aniversário de 164 anos de Aracaju, pois muitos magistrados relembrou aspectos marcantes da cidade no século XX. Em novembro de 2018, o projeto foi apresentado no *I Workshop Cases de Comunicação do Sistema de Justiça*, promovido pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ), na Associação dos Magistrados do Maranhão.

YouTube BR Pesquisar

Vivas Memórias
27 vídeos • 14 visualizações • Última atualização em 25 de abr de 2019

TJSERGIPE INSCRITO 219

- 1 Des. Edson Ulisses de Melo - PGM 320 4:47 TJSERGIPE
- 2 Des. Netônio Bezerra Machado - PGM 306 4:47 TJSERGIPE
- 3 Des. Clara Leite de Rezende - PGM 296 4:45 TJSERGIPE
- 4 Des. Suzana Maria Carvalho Oliveira - PGM 307 4:03 TJSERGIPE
- 5 Juiz Jonalter Vieira Andrade - PGM 303 3:58 TJSERGIPE

Veja um resumo das entrevistas, no canal TJSergipe, no Youtube, playlist Vivas Memórias

DESEMBARGADOR PASCOAL NABUCO FOI UM DOS PRIMEIROS ENTREVISTADOS

No dia 6 de junho de 2018, o Desembargador Manuel Pascoal Nabuco D'Ávila abriu as portas do seu apartamento para a equipe da Diretoria de Comunicação do TJSE e, por mais de duas horas, conversou sobre sua vida pessoal e profissional. Filho de João Nabuco D'Ávila e Maria de Lourdes Nabuco D'Ávila, nasceu em Riachuelo (SE), em 17 de agosto de 1937. Passou a morar em Aracaju em 1948, onde foi aluno do Colégio Tobias Barreto, em regime de internato. Formou-se na Faculdade de Direito de

Sergipe em 1961. Casou-se em 1966 com Maria Isabel Carvalho. Faleceu em Salvador (BA), no dia 18 de março de 2019.

Foi eleito prefeito de Estância, assumindo o cargo em janeiro de 1963, mas acabou preso e deposto em abril de 1964 pelo regime militar. Ingressou no Ministério Público, como Promotor de Justiça, em 1980. Ascendeu ao cargo de Desembargador do TJSE em 5 de agosto de 1996. Foi Corregedor-Geral da Justiça no biênio 1999-2001, quando criou a Vara de Penas Alternativas e a

Central de Mandados; e Presidente do TRE/SE no biênio 2001-2003.

Assumiu a Presidência do TJSE no biênio 2003-2005, quando reformou o antigo prédio do Tribunal de Justiça, o Palácio Sílvia Romero, na Praça Olímpio Campos, criando no local o Memorial do Judiciário; construiu o Arquivo Judiciário, instalou os Fóruns Integrados e realizou um grande concurso para o TJSE. Aposentou-se em agosto de 2007.



CONFIRA ALGUNS TRECHOS DA ENTREVISTA DO DES. PASCOAL NABUCO AO VIVAS MEMÓRIAS:

Vivas MEMÓRIAS

“Como prefeito tive a oportunidade de fazer muita coisa do que planejei. Por exemplo, tentava colocar em prática, em Estância, o Método Paulo Freire de Educação. Fui ao Rio Grande do Norte ver um projeto chamado ‘Angicos, de pé no chão também se aprende a ler’, feito pelo prefeito Djalma Maranhão. Ele me deu um livro e a campanha minha foi ‘Papagaio velho também aprende a falar’. Meu plano era alfabetizar pelo Método Paulo Freire. O alfabetizado se tornava eleitor, recebia o título. Então, meu pensamento era transformar um eleitorado de três mil para doze mil eleitores. Mas não cheguei a pôr em prática porque fui deposto”.

“Quando cheguei no Ministério Público como Procurador eu, modéstia à parte, fiz uma transformação revolucionária na instituição. Naquela ocasião, criei as Coordenadorias que prestavam e prestam ainda um relevante serviço à cidadania. Foi a

do Consumidor, Meio Ambiente. Quando eu criei, os Promotores eram contra sair das suas Comarcas para serem membros das Coordenadorias. Diziam que não seriam Promotores de balcão. Pois eu vou dizer a vocês, os Promotores do futuro serão esses de balcão. Ninguém queria. Foi quando Euza Missano e Cristina Mendonça aceitaram e se transformaram em *experts*. São as maiores autoridades em consumidor no Estado”.

“Eu tinha muita vontade de criar um Memorial para o Poder Judiciário. Me veio a ideia de reformar aquele prédio que eu acho o mais bonito de Aracaju, ali no Parque. Mas eu não tinha dinheiro, então criei a primeira experiência público-privada. Convoquei oito grandes empresários para uma reunião e propus o seguinte, disse que queria restaurar o prédio. Mostrei o projeto, que era do arquiteto que construiu o fórum de Tobias Barreto. Disse, agora, a Celi faz

a reforma por R\$ 800 mil, mas eu não tenho dinheiro. Então, quero R\$ 100 mil de cada um dos senhores. Todos deram e eu fiz a obra. Organizei o Memorial com Luiz Antônio Barreto, que era quem entendia disso”.

“Eu acho que o magistrado tem que ser humano, primeiro de tudo. Objetivo, prático, não pode perder tempo em descaminhos. Porque é o seguinte, hoje em dia faço algumas restrições ao Poder Judiciário. Acho que se perde muito com esse ativismo, interferindo em outros Poderes. Também sou contra essa história de interpretar a Constituição ao talante do intérprete, que termina descumprindo a Constituição. Sou a favor de uma Justiça independente, séria, em que os juízes não pensem que são deuses ou tenham certeza que são. Mas que apliquem a pena humanitariamente. O juiz para mim tem que ser um homem direito, sincero, honrado e justo”.

A poesia não se resume a versos,
nem a rimas
nem palavras rebuscadas.
Ela é feita do que vai na alma,
e seu alcance foge à razão,
toca mais o coração.

Poesia é olhar a vida,
não com lentes de aumento,
mas de cores.
É imaginar no tempo
e passear na imaginação,
é vibrar com o vento.

Poesia é sentir a brisa,
o orvalho da manhã.
É voar mesmo sem asas,
é manter acesa a chama
e o íntimo desnudar.
É acreditar.

É ouvir uma sinfonia,
vislumbrar o horizonte.
É se comover com a dor,
colher as impressões
e extravasar.
Várias as formas de se mostrar.

Pois, em cada um de nós,
a poesia existe
sempre a espreitar.
É só deixá-la
recolher as asas
e pousar...

A POESIA

Maria Norma Fontes Vieira

Juíza do TJSE aposentada

Se você também gosta de poesia, mande sugestões para a Diretoria de Comunicação. Pode ser sua própria poesia ou de algum poeta que você admira. Entre em contato com a gente pelo e-mail dicom@tjse.jus.br ou pelo WhatsApp institucional da Dicom (79) 98128-5521.

Agora que você terminou a leitura, que tal fazer esses exercícios para aliviar o cansaço dos olhos?

Piscar os olhos

Experimente piscar os olhos, como um exercício simples. Nos próximos dois minutos, pisque a cada 3 - 4 segundos. Depois de ter feito isso, perceba como você sente os seus olhos.



Mãos em concha

Coloque as mãos em forma de concha sobre os seus olhos fechados, sem tocá-los ou exercer muita pressão no rosto. Os dedos das mãos devem ficar sobrepostos suavemente sobre a testa. Mantenha a cabeça alinhada, respire profundamente algumas vezes, desfrutando dessa escuridão e aproveitando para descansar um pouco.



Figura do oito

Imagine uma figura gigante de um oito na sua frente (cerca de 10 metros na sua frente). Lentamente desenhe esse “oito” com os seus olhos. Não movimente a cabeça. Faça o movimento numa direção algumas vezes, e em seguida, faça o movimento na direção contrária.



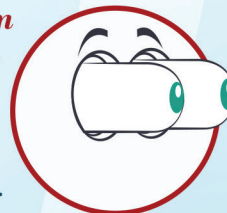
Focar de perto e de longe

Desvie os olhos da sua tela e foque-os durante 10-15 segundos num objeto distante: fora da janela, num canto da sala ou o mais longe que você puder olhar. Em seguida, fixe o olhar em algo próximo, por aproximadamente 10 a 15 segundos. Volte a olhar para o objeto distante e foque novamente. Repita esse exercício algumas vezes.



Zoom

Estique seu braço à frente do seu corpo, com a mão na posição de pedir carona, mas com o seu dedo indicador apontando para o alto. Concentre-se no seu indicador com o seu braço estendido. Agora traga o seu indicador mais perto de você, centrando-se o tempo todo nesse dedo, até que ele esteja a cerca de 3 polegadas à frente de seu rosto. Agora estique o seu braço, mantendo o olhar no seu dedo.



Movimento dos olhos

Mantendo a cabeça imóvel e olhando para frente, mova os olhos para cima, o máximo que conseguir. Mantenha esta posição durante 3 segundos e depois mova os olhos para baixo. Repita esses movimentos por 04 vezes. Ao final da série, pisque os seus olhos algumas vezes para relaxar. Pode repetir a sequência, mas movimentando os olhos para os lados e depois em círculos.



Clique para
saber mais



Fadiga Visual: *fique de olho!*



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE

**Conte para a
Justiça de
Sergipe**

**É bom
ouvir
você!**

**QUEIXAS, DENÚNCIAS,
SUGESTÕES OU ELOGIOS**

Disque 159
www.tjse.jus.br/ouvidoria



OUVIDORIA-GERAL
DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE